

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: PIAUI
MUNICÍPIO: MORRO DO CHAPEU DO PIAUI

Relatório Anual de Gestão

2018

MARIO DA SILVA OLIVEIRA
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação por local de residência
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	PI
Município	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ
Região de Saúde	Cocais
Área	328,28 Km²
População	6.781 Hab
Densidade Populacional	21 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 09/02/2020

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SMS MORRO DO CHAPEU DO PIAUI
Número CNES	2551829
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	01612593000100
Endereço	RUA EDIMAR NOGUEIRA 660
Email	smsmchapeupi@saude.pi.gov.br
Telefone	(86)3821188

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 09/02/2020

1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	MARCOS HENRIQUE FORTES REBELO
Secretário(a) de Saúde cadastrado no período	MARIO DA SILVA OLIVEIRA
E-mail secretário(a)	smsmchapeupi@saude.pi.gov.br
Telefone secretário(a)	8633821183

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 09/02/2020

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	09/1999
CNPJ	11.993.218/0001-00
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	LEANDRO BATISTA DOS SANTOS

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 09/02/2020

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 19/05/2022

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Cocais

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
BARRAS	1721.586	47066	27,34
BATALHA	1588.905	26857	16,90
BRASILEIRA	880.893	8329	9,46
CAMPO LARGO DO PIAUÍ	477.915	7279	15,23
CAPITÃO DE CAMPOS	538.681	11417	21,19
DOMINGOS MOURÃO	846.831	4355	5,14
ESPERANTINA	911.213	39737	43,61
JOAQUIM PIRES	739.57	14354	19,41
JOCA MARQUES	166.441	5443	32,70
LAGOA DE SÃO FRANCISCO	155.637	6758	43,42
LUZILÂNDIA	704.433	25486	36,18
MADEIRO	177.219	8310	46,89
MATIAS OLÍMPIO	226.22	10936	48,34
MILTON BRANDÃO	1371.766	6613	4,82
MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	328.284	6796	20,70
NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	358.364	8692	24,25
PEDRO II	1518.186	38742	25,52
PIRACURUCA	2380.511	28791	12,09
PIRIPIRI	1408.928	63742	45,24
PORTO	252.713	12568	49,73
SÃO JOSÉ DO DIVINO	319.114	5346	16,75
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA	764.742	6042	7,90
SÃO JOÃO DO ARRAIAL	213.351	7989	37,45

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2025

1.7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	RUA JULIANA MARIA DE JESUS 475 MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ CENTRO	
E-mail	leandro.b.2008@hotmail.com	
Telefone	8632821188	
Nome do Presidente	LEANDRO BATISTA DOS SANTOS	
Número de conselheiros por segmento	Usuários	8
	Governo	4
	Trabalhadores	5
	Prestadores	0

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA
Data de Apresentação na Casa Legislativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa
13/06/2019	13/06/2019	13/06/2019

- Considerações

A Presidente do Conselho Municipal de Morro do Chapéu do Piauí é Joelma Fontinele Santos.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

Com a finalidade de atender ao disposto na Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, A Secretaria Municipal de Morro do Chapéu do Piauí apresenta o Relatório Anual de Gestão (RAG), referente ao ano de 2018. Este relatório contém o desempenho da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) detalhado de acordo com o Art. 36 da referida Lei Complementar.

O relatório contém informações sobre o desenvolvimento do serviço de saúde resultante de ações de saúde incluindo aquelas prestadas diretamente à população e as para promoção de saúde e prevenção de agravos. Estão apresentados os dados quantitativos de produção de serviços assistenciais à população em atenção básica realizados nas unidades municipais de atenção básica de saúde e dos demais prestadores do SUS. Esses dados são apresentados nas audiências públicas na Câmara Municipal. A base de dados utilizada é proveniente dos sistemas de informação ambulatorial e da atenção básica (SIA e SIAB) do Sistema Único de Saúde.

Os programas prioritários na rede municipal estão organizados para atender os grupos de alto risco e áreas estabelecidas pela pactuação de indicadores de saúde conforme regulamentadas por portarias do Ministério da Saúde.

As ações e programas em Vigilância em Saúde incluindo as vigilâncias sanitárias e controle de endemias e epidemiológicas são apresentadas enquanto serviços realizados e através da avaliação de indicadores pactuados pelos programas ministeriais PAVS.

O perfil do morbimortalidade é avaliado através dos sistemas nacionais de informações SIM, SINASC E SINAN onde serão demonstrados os níveis de saúde da população de Morro do Chapéu do Piauí.

O Relatório apresenta os indicadores de saúde pactuados de 2018 através do SISPACTO. Indicadores esses pactuados a partir de reuniões com o secretário de saúde, coordenadora e profissionais da saúde do município.

Esse relatório também apresenta informações sobre os recursos financeiros recebidos e gastos conforme previsão orçamentaria devidamente aprovada sistematizado conforme planilhas utilizadas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos e SIOPS.

São apresentadas as ações nas áreas de apoio logístico e de infraestrutura e gestão do trabalho as quais tem por objetivo proporcionar o pleno desenvolvimento das ações de saúde para a população.

O RAG anteriores consta no meio eletrônico SARGSUS, substituído pelo Digisus uma iniciativa formada a partir de experiências historicamente acumuladas por um conjunto de atores (gestores, especialistas, pesquisadores, representantes de entidades e de conselhos de classe) envolvidos no desenvolvimento de Tecnologias de Comunicação e Informação (CIT) em saúde que ainda está em fase de implantação.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2015

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	196	226	422
5 a 9 anos	364	343	707
10 a 14 anos	439	377	816
15 a 19 anos	295	318	613
20 a 29 anos	632	589	1.221
30 a 39 anos	495	491	986
40 a 49 anos	342	349	691
50 a 59 anos	312	263	575
60 a 69 anos	169	200	369
70 a 79 anos	71	118	189
80 anos e mais	28	34	62
Total	3.343	3.308	6.651

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 02/03/2020.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2014	2015	2016	2017
Morro do Chapéu do Piauí	88	114	117	124

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 02/03/2020.

3.3. Principais causas de internação por local de residência

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	53	42	36	27	35
II. Neoplasias (tumores)	14	19	19	10	17
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	1	3	3	5	6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	20	16	10	11	6
V. Transtornos mentais e comportamentais	1	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	1	4	3	1
VII. Doenças do olho e anexos	4	1	-	-	1
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-

IX. Doenças do aparelho circulatório	24	18	21	29	22
X. Doenças do aparelho respiratório	56	26	37	29	30
XI. Doenças do aparelho digestivo	26	41	25	37	35
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	1	-	7	4
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	4	-	4	6	4
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	26	40	21	17	14
XV. Gravidez parto e puerpério	91	108	122	118	110
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	2	4	4	6	4
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2	-	3	-	2
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	1	-	-	2	2
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	32	29	33	19	41
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	1	-	-
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	359	349	343	326	334

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 02/03/2020.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	1	1	-
II. Neoplasias (tumores)	5	6	6	8
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	3	2	3	1
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	1	-	-
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	11	13	10	8
X. Doenças do aparelho respiratório	2	-	5	-
XI. Doenças do aparelho digestivo	2	-	2	1
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	-	-	-
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	1	1
XV. Gravidez parto e puerpério	-	1	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	1	1	1
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	2	1
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	3	-	-	1

XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	2	8	2	1
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	29	33	33	23

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 02/03/2020.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Na tabela de mortalidade de residentes é possível identificar que a mortalidade no município do Morro do Chapéu a maioria são do aparelho circulatório. As doenças do aparelho circulatório, principalmente as cardiovasculares vêm sendo consideradas casos de saúde pública, e maiores responsáveis pelo aumento do número de mortalidade, segundo a organização mundial da saúde, as doenças cardiovasculares são responsáveis por 30% de mortes no mundo. Outra causa de morte acentuada é as neoplasias.

E na tabela sobre internações a grande causa é gravidez e puerpério, vindo em seguida doenças infecciosas e doenças do aparelho digestivo.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	36.658
Atendimento Individual	15.782
Procedimento	29.016
Atendimento Odontológico	3.270

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	-	-
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 16/06/2026.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	1.811	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	-	-

04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	1.811	-	-	-

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 16/06/2026.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	1.811	-
Total	1.811	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 16/06/2026.

• Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

Os dados apresentados são oriundos do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), cuja base de dados do DATASUS/Ministério da Saúde contém os procedimentos realizados pelos serviços de saúde dos municípios. O grupo de procedimentos da complexidade Atenção Básica é composto por: ações de promoção e prevenção em saúde; procedimentos com finalidade diagnóstica; procedimentos clínicos; procedimentos cirúrgicos e ações complementares de atenção à saúde. Conforme o quadro acima é possível observar que no ano de 2018 a produção total da Atenção Básica foi de 524 ações e procedimentos, com destaque para o grupo de ações de promoção e prevenção em saúde, que em todos os períodos analisados apresentou a maior produção.

O município do Morro do Chapéu do Piauí não possui SAMU ou outros serviços de urgências.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 12/2018

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	5	5
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
POLO ACADEMIA DA SAUDE	0	0	1	1
Total	0	0	7	7

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 09/02/2020.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2018

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	7	0	0	7
Total	7	0	0	7

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 09/02/2020.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

A rede de prestadores de serviços ao SUS, conforme tabulação de dados do CNES, na competência de 2018 estava constituída por 09, sendo 100% de gestão municipal.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 01/2018

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	0	1	2	11	17
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	4	1	6	9	1
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 06/09/2021.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2014	2015	2016	2017	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	41	40	35	34	

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2014	2015	2016	2017	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	0	17	20	23	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 06/09/2021.

• Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

De acordo com os dados do cnes, na competência de 2018, estão cadastrados 05 médicos, 03 enfermeiras, 25 pessoas de nível superior, 27 de ensino

médio e 14 agentes comunitários de saúde.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada.

OBJETIVO Nº 1.1 - Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso da atenção básica.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar a área física e/ou reformar Unidades Básicas de Saúde (UBS)	UBS ampliadas/reformadas	Número	2018	2	2	4	Número		0	0
Ação Nº 1 - Adequar a estrutura física de todas as unidades da rede municipal de saúde para garantir acesso e o transporte adequado das pessoas com deficiência, bem como garantir ações de melhoria da ambiência nos serviços de saúde público e privado. Ação Nº 2 - Ação 1: Garantir a manutenção e renovação de equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário e equipamento da informática adquiridos, assegurando ambiente de trabalho adequado para a equipe e paciente.										

DIRETRIZ Nº 2 - Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança e da implementação da "Rede Cegonha", com ênfase nas áreas e populações e maior vulnerabilidade.

OBJETIVO Nº 2.1 - Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantia do acesso, acolhimento e resolutividade.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, até 2018	Investigação de óbitos infantis e fetais ampliada	Número	2018	3	100,00	100,00	Percentual		100,00	100,00
Ação Nº 1 - Fomentar a criação de serviços de verificação de óbito (além da mortalidade materna e infantil) em parceria com o Estado a fim de reduzir os índices de óbitos por causa desconhecida. Ação Nº 2 - Promover ações de educação permanente em saúde sobre preenchimento adequado das Declarações de óbitos.										
2. Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.	Gestantes com 7 consultas de pré-natal ou mais.	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual		95,00	95,00
Ação Nº 1 - Garantir acesso ao pré-natal a 100% das usuárias do SUS. Ação Nº 2 - Implementar as ações de prevenção de gravidez não planejada. Ação Nº 3 - Implementar projetos intersetoriais e interinstitucionais visando minimizar ocorrência de gravidez na adolescência, tendo como referência a análise de dados epidemiológicos, territoriais e socioculturais.										

3. Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2018, de acordo com o protocolo de pré-natal	Percentual de teste rápido da sífilis realizado	Percentual		100,00	100,00	100,00	Percentual		95,00	95,00
Ação Nº 1 - Garantir acesso ao teste rápido em 100% das gestantes.										
Ação Nº 2 - Garantir teste rápido em todas as Unidades Básicas de Saúde.										
OBJETIVO Nº 2.2 - Fortalecer e ampliar as ações de prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de mama e do colo de útero.										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Exames de mamografia realizados em mulheres	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos.	Razão	2018	0,22	0,22	64,00	Razão		100,00	100,00
Ação Nº 1 - Estimular a prática do autoexame de mama e garantir a realização do exame clínico das mamas nas consultas de rotina, assegurando referência e contra referência.										
Ação Nº 2 - Ampliar campanhas de conscientização e buscar parcerias da sociedade civil organizada e instituições de ensino.										
Ação Nº 3 - Garantir que haja mamografia para as mulheres em idade preconizada pelo Ministério da Saúde										

DIRETRIZ Nº 3 - Fortalecimento da rede de saúde mental

OBJETIVO Nº 3.1 - Garantir a atenção à saúde e a livre circulação das pessoas com transtornos mentais.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Inserir profissional psiquiatra no atendimento da UBS	Número de profissional psiquiatra	Número		1	1	5.000	Número		95,00	95,00
Ação Nº 1 - Garantir acesso da população ao médico psiquiatra.										
2. Capacitação Saúde mental	Número de profissionais capacitados em saúde mental	Percentual		100,00	100,00	100,00	Percentual		50,00	50,00
Ação Nº 1 - Fortalecer os programas e ações para prevenção e combate as drogas, garantindo a promoção da saúde, com diagnóstico precoce dos transtornos mentais e decorrentes do uso de álcool e outras drogas.										
Ação Nº 2 - Capacitação com os profissionais das Unidades Básicas de Saúde para o acolhimento dos pacientes com doenças psiquiátricas.										

DIRETRIZ Nº 4 - Garantia da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.

OBJETIVO Nº 4.1 - Preservar a autonomia do idoso, tanto na sua independência física, como na psíquica.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Capacitar profissionais para o desenvolvimento do processo qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso no município até 2018	Profissionais capacitados	Percentual		100,00	100,00	100,00	Percentual		0	0
Ação Nº 1 - Capacitar profissionais para dar palestras sobre prevenção de quedas.										
Ação Nº 2 - Capacitar profissionais para ensinar o auto cuidado ao idoso com ênfase em diabetes e hipertensão arterial										
Ação Nº 3 - Realizar campanhas de prevenção e conscientização sobre quedas, direitos dos idosos.										
Ação Nº 4 - Garantir a infraestrutura adequada nos serviços para desenvolver a saúde do idoso										
2. Implantar duas academias ao ar livre	Implantação de academias	Número		2	2	100	Número		0	0
Ação Nº 1 - Garantir acesso a academia de saúde a população.										
Ação Nº 2 - Garantir qualidade de vida aos usuários do SUS.										

DIRETRIZ Nº 5 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

OBJETIVO Nº 5.1 - Controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aumentar para mais de 90% a proporção de óbitos com causa básica definida.	90% de causa básica de óbitos definida	Percentual		90,00	90,00	90,00	Percentual		90,00	90,00
Ação Nº 1 - Fomentar a criação de serviços de verificação de óbito (além da mortalidade materna e infantil) em parceria com o Estado a fim de reduzir os índices de óbitos por causa desconhecida.										
Ação Nº 2 - Promover ações de educação permanente em saúde sobre preenchimento adequado das declarações de óbitos.										
2. Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de ano, para 95% de cobertura vacinal	Percentual do município com cobertura vacinal ampliada	Percentual		80,00	80,00	80,00	Percentual		95,00	95,00
Ação Nº 1 - Garantir a vacina pentavalente em todas as UBS.										
3. Reduzir o coeficiente de prevalência da hanseníase	Coeficiente de prevalência da hanseníase reduzido	Percentual		100,00	100,00	100,00	Percentual		100,00	
Ação Nº 1 - Realizar educação permanente com os profissionais sobre Hanseníase.										
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa de pacientes com Hanseníase.										
Ação Nº 3 - Acompanhar o encerramento dos casos de Hanseníase.										
4. Apoiar ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento.	Ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento	Percentual		100,00	100,00	80,00	Percentual		100,00	
Ação Nº 1 - Adquirir insumos e equipamentos necessários para coleta de água.										

DIRETRIZ Nº 6 - Garantia da assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 6.1 - Promoção do acesso aos medicamentos e do seu uso racional.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar o Sistema Horus	Implantação do Sistema Horus	Percentual		100,00	100,00	80,00	Percentual		0	0
Ação Nº 1 - Capacitar profissionais sobre o Sistema Horus.										
2. Implantar o Qualifar SUS	Implantação do qualificar sus	Percentual		100,00	100,00	80,00	Percentual		0	0
Ação Nº 1 - Fazer a adesão do Programa Qualifar SUS.										

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
122 - Administração Geral	Ampliar a área física e/ou reformar Unidades Básicas de Saúde (UBS)	4	0
	Implantar o Sistema Horus	80,00	0,00
	Implantar duas academias ao ar livre	100	0
	Implantar o Qualifar SUS	80,00	0,00
301 - Atenção Básica	Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, até 2018	100,00	100,00
	Aumentar para mais de 90% a proporção de óbitos com causa básica definida.	90,00	90,00
	Capacitar profissionais para o desenvolvimento do processo qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso no município até 2018	100,00	0,00
	Inserir profissional psiquiatra no atendimento da UBS	5.000	95
	Exames de mamografia realizados em mulheres	64,00	100,00
	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.	100,00	95,00
	Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de ano, para 95% de cobertura vacinal	80,00	95,00
	Capacitação Saúde mental	100,00	50,00
	Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2018, de acordo com o protocolo de pré-natal	100,00	95,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Reduzir o coeficiente de prevalência da hanseníase	100,00	100,00
	Apoiar ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento.	80,00	100,00

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	N/A	1.466.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.466.500,00
	Capital	N/A	N/A	1.466.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.466.500,00
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	N/A	314.990,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	314.990,00
	Capital	N/A	N/A	314.990,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	314.990,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	N/A	11.200,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	11.200,00
	Capital	N/A	N/A	11.200,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	11.200,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	11.200,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	11.200,00
	Capital	N/A	N/A	11.200,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	11.200,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 06/09/2021.

• Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

O programa anual de saúde constitui-se em um instrumento de gestão que demonstra a operacionalização, no respectivo exercício, das metas expressas no Plano anual. Ao dimensionar metas e estabelecer valores para a cobertura financeira das proposições, explicitam-se quais os compromissos previstos para 2018. No entanto, para a obtenção dos resultados esperados da execução das metas da programação anual de saúde deve-se levar em consideração a descentralização da responsabilidade pelas ações de saúde, de acordo com o determinado pela Constituição Federal de 1988, referente à ação conjunta e articulada entre as três esferas de gestão, para ao alcance dos objetivos do SUS.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2018	Resultado Anual	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	4	-	0	Número
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	100,00	-	0	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	100,00	-	0	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	95,00	-	0	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	100,00	-	0	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	100,00	-	0	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	0	-	0	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	0	-	0	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	0	-	0	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	60,00	-	0	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,64	-	0	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,50	-	0	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	55,00	-	0	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	30,60	-	0	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	16	-	0	Número
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	0	-	0	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	100,00	-	0	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	76,69	-	0	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	100,00	-	0	Percentual
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	U	100,00	-	0	Percentual
21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	-	-	0	Percentual
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	6	-	0	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	98,00	-	0	Percentual

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 06/09/2021.

- Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa

O Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde - PQA-VS compõe o conjunto de iniciativas do Ministério da Saúde para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), voltadas para a garantia do acesso integral a ações e serviços de qualidade, de forma oportuna, contribuindo para a melhoria das condições de saúde da população, para redução das iniquidades e para a promoção da qualidade de vida dos brasileiros. No município de Morro do Chapéu ainda precisa enfrentar uma falha na equipe na questão de alcançar mais metas.

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo FNS/SE/MS.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção									
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
Atenção Básica									
Corrente	0,00	1.126.791,50	997.534,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.124.325,54
Capital	0,00	15.338,03	178.633,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.971,85
Assistência Hospitalar e Ambulatorial									
Corrente	0,00	0,00	427.310,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	427.310,30
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico									
Corrente	0,00	0,00	1.232.387,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.232.387,91
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária									
Corrente	0,00	1.218,10	11.402,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.620,30
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica									
Corrente	0,00	0,00	87.830,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.830,56
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.143.347,63	2.935.098,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.078.446,46
(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde									
2) Dados extraídos do Módulo de controle externo, conforme Art. 39, inc. V, LC 141/2012.									

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 04/03/2020.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	1,57 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	95,29 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	16,45 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	98,84 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	25,98 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	38,20 %

2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 610,18
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	40,02 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	5,58 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	9,52 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	4,76 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	76,49 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	15,21 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 04/03/2020.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	343.214,00	343.214,00	307.983,50	89,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.370,00	1.370,00	2.265,93	165,40
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	5.520,00	5.520,00	425,52	7,71
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	166.084,00	166.084,00	132.717,45	79,91
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	170.240,00	170.240,00	172.574,60	101,37
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.261.550,00	8.261.550,00	7.204.959,74	87,21
Cota-Parte FPM	7.560.000,00	7.560.000,00	6.667.261,17	88,19
Cota-Parte ITR	500,00	500,00	642,83	128,57
Cota-Parte IPVA	50.000,00	50.000,00	36.646,64	73,29
Cota-Parte ICMS	650.000,00	650.000,00	499.503,59	76,85
Cota-Parte IPI-Exportação	300,00	300,00	218,15	72,72
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	750,00	750,00	687,36	91,65
Desoneração ICMS (LC 87/96)	750,00	750,00	687,36	91,65
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	8.604.764,00	8.604.764,00	7.512.943,24	87,31
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.672.190,00	2.672.190,00	3.119.542,96	116,74
Provenientes da União	2.557.190,00	2.557.190,00	3.083.222,96	120,57
Provenientes dos Estados	115.000,00	115.000,00	36.320,00	31,58
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.672.190,00	2.672.190,00	3.119.542,96	116,74

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	3.227.890,00	4.201.912,39	3.884.474,61	0,00	92,45
Pessoal e Encargos Sociais	1.483.900,00	1.727.450,31	1.632.110,46	0,00	94,48
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.743.990,00	2.474.462,08	2.252.364,15	0,00	91,02
DESPESAS DE CAPITAL	937.000,00	355.990,12	193.971,85	0,00	54,49
Investimentos	937.000,00	355.990,12	193.971,85	0,00	54,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.164.890,00	4.557.902,51		4.078.446,46	89,48

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i) / IV(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	3.277.223,19	2.935.098,83	0,00	71,97
Recursos de Transferências Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	3.227.815,07	2.935.098,83	0,00	71,97
Recursos de Operações de Crédito	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	49.408,12	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	N/A	N/A	N/A	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		2.935.098,83	71,97

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i)]		N/A		1.143.347,63	
---	--	-----	--	--------------	--

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = [VI(h+i) / IIIb x 100] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%⁴					15,22
--	--	--	--	--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h+i)-(15*IIIb)/100]					16.406,15
---	--	--	--	--	-----------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO
---	----------------------------

	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (l)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)	% [(l+m) / total(l+m)]x100
Atenção Básica	2.730.090,00	2.663.282,12	2.318.297,39	0,00	56,84
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	498.700,00	507.687,31	427.310,30	0,00	10,48
Suporte Profilático e Terapêutico	833.000,00	1.275.080,68	1.232.387,91	0,00	30,22
Vigilância Sanitária	13.400,00	13.500,00	12.620,30	0,00	0,31
Vigilância Epidemiológica	89.100,00	98.352,40	87.830,56	0,00	2,15
Alimentação e Nutrição	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.164.890,00	4.557.902,51		4.078.446,46	100,00

FONTE: SIOPS, Morro do Chapéu do Piauí/PI, data e hora da homologação dos dados pelo gestor: 22/02/19 14:38:11

1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2018 (Fonte: FNS)	Valor Executado
CUSTEIO	1012220154525 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	R\$ 1.572.000,00	1572000,00
	103012015217U - APOIO À MANUTENÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIA DE SAÚDE	R\$ 18.000,00	18000,00
	103012015219A - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 1.418.764,06	1453433,90
	10303201520AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 34.127,28	34127,28
	10304201520AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 12.000,00	12000,00
	10305201520AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 64.347,64	64347,64
	10845090300QR - APOIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ENTES FEDERATIVOS QUE RECEBEM O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	R\$ 71.302,26	71302,26

	CÓD. NÃO INFORMADO - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CEGONHA	R\$ 168,00	R\$ 0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE	R\$ 11.000,00	R\$ 0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 4.399,24	R\$ 0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 4.400,00	R\$ 0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 100.572,00	R\$ 0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 3.102,48	R\$ 0,00
INVESTIMENTO	1030120158581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	R\$ 25.000,00	25000,00
	1030220158535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	R\$ 80.000,00	80000,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

• Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

O montante e a fonte de recursos aplicados no período têm suas informações oriundas dos relatórios gerenciais do Sistema Nacional de Informação sobre Orçamento Público em Saúde, SIOPS, de obrigatoriedade de registro e atualização permanente dos dados.

O SIOPS é o sistema informatizado de acesso público, gerido pelo Ministério da Saúde, para o registro eletrônico centralizado das informações de saúde referentes aos orçamentos públicos dos Municípios, Estados e União. O programa SIOPS é disponibilizado bimestralmente para Municípios, Estados, Distrito Federal e União. O preenchimento de todos os bimestres é obrigatório, tem fê pública e permite realizar ao final do exercício, o cálculo automático dos recursos aplicados em ações e serviços públicos em saúde.

O prazo para disponibilização do sistema está estipulado na Portaria de Consolidação MS 01/2017, art.446 I, onde define que o sistema deve estar acessível, a todos os entes federados, até dez dias após o encerramento de cada bimestre, obedecendo ao calendário de apresentação do Relatório Resumido de Execuções Orçamentárias, RREO, conforme previsão constitucional.

Uma das principais funcionalidades do SIOPS é calcular automaticamente e aplicação mínima da receita de impostos e transferências vinculadas às ações e serviços públicos de saúde de cada ente federativo.

A Lei complementar 141/2012 em seu artigo 3º, estabelece quais despesas são consideradas como ações e serviços públicos de saúde e no 4º, quais despesas não são consideradas.

Os municípios deverão aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156, 158 e 159 da Constituição Federal.

O município do Morro do Chapéu do Piauí aplicou no 3º Quadrimestre 15,22% da arrecadação dos impostos na saúde, atingindo o que foi determinado em lei.

No quadro acima é possível observar que o total das despesas com ações e serviços públicos foi de R\$ 1.120.338,87. A Receita total das transferências constitucionais e legais realizadas pelo município foi de R\$ 7.204.959,74 e o total das Despesas com Saúde foi de R\$ 4.078.446,46.

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 06/09/2021.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 06/09/2021.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Não foram realizadas auditorias em 2018.

11. Análises e Considerações Gerais

A Secretaria Municipal de Saúde do Morro do Chapéu do Piauí apresenta o Relatório Anual de Gestão de 2018. Relativo às ações e serviços de saúde. Conforme a Portaria de Consolidação Nº 1, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, que estabelece as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e o artigo Nº 36, da Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA).

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Alcançar mais indicadores do PQAVS para a garantia do acesso integral a ações e serviços de qualidade, de forma oportuna, contribuindo para a melhoria das condições de saúde da população, para redução das iniquidades e para a promoção da qualidade de vida das pessoas do município do Morro do Chapéu do Piauí.

MARIO DA SILVA OLIVEIRA
Secretário(a) de Saúde
MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ/PI, 2018

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:

O Conselho Municipal de Saúde do Morro do Chapéu do Piauí (PI), em atendimento as exigências legais notadamente do artigo 41 da Lei Complementar 141/2012, recebeu da Secretaria Municipal de Saúde para fins de análise e emissão de parecer a cerca do Relatório Anual de Gestão -RAG do Fundo Municipal de Saúde.

Introdução

- Considerações:

O Conselho Municipal de Saúde do município do Morro do Chapéu do Piauí (PI), recebeu da Secretaria Municipal de Saúde o Relatório de Gestão (RAG), referente ao exercício de 2018, para análise e emissão de parecer, considerando o papel legal de fiscalização, controle e proposição do Conselho Municipal de Saúde, bem como de avaliação dos encaminhamentos do gestor municipal de saúde em relação a documentação apresentada pelo CMS quando das deliberações sobre o RAG dos exercício 2018, as quais assumiram caráter de recomendação para o aprimoramento da gestão do SUS pelo MS em respeito aos preceitos legais da Constituição Federal e Lei Complementar 141/2012.

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Analisando o Relatório este Conselho verificou que as informações demográficas do município são referente ao período de 2015, o qual retrata uma população de 6.651 habitantes. Em 2018, segundo IBGE a população e de 6 742 *habitantes*, distribuída em gêneros masculino e feminino. Percebeu-se que o percentual de nascidos vivos no município apresenta um crescente até o ano de 2017 segundo o quadro 3.2.Referente ao item 3.3 Principais causas de internação Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10, estão consecutivamente em primeiro, segundo e terceiro lugar: Gravidez parto e puerpério, Lesões enven e alg out conseq causas externas, Algumas doenças infecciosas e parasitárias e Doenças do aparelho digestivo. Já no item 3.4 Mortalidade por grupos de causas - Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10 não apresenta dado referentes ao exercício de 2018.

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Verificou-se que no item 4-Dados da Produção de Serviços no SUS, só foi apresentado informações referentes ao Sistema de Informações Ambulatoriais.

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

O Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) é alimentado diariamente pela Secretaria Municipal de Saúde. Durante a avaliação verificou-se que a Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos do município do Morro do Chapéu do Piauí, no exercício de 2018 e composta por 7 estabelecimentos entre UBS e Postos de Saúde.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Neste item verificou-se que conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), no ano de 2018, e composta por servidores efetivos e contratação temporária.

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

analisando este item pode-se observar a conformidade das metas como Plano Anual de Saúde em consonância as peças do orçamento público municipal.

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

Analisando este item, no exercício de 2018 verificou-se o cumprimento por parte da municipalidade dos indicadores que contribuem significativamente para um saúde pública de qualidade, com vista a promoção, proteção e vigilância em saúde

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

Conforme dados extraídos do Sistema de Informações Sobre Orçamento Público e m Saúde (SIOPS). em 2018, a participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012 no município foi de 15,21 %, aplicando assim o estabelecido na Lei Complementar 141/2012, o gasto mínimo em saúde.

Auditorias

- **Considerações:**

No exercício de 2018 ao foram realizadas auditorias no município

Análises e Considerações Gerais

- **Parecer do Conselho de Saúde:**

Diante da análise dos itens deste Relatório constatou-se que esta seção apresenta uma visão geral dos principais resultados constantes do RAG 2018 e fornece indicativos para a continuidade da implementação da Política de Saúde, aperfeiçoando seus processos no sentido da intensificação da oferta de bens e serviços de saúde. A elaboração do Plano Municipal de Saúde - PMS 2018-2021 pautou-se em consideração as diretrizes definidas com a concepção da política de saúde, as quais orientaram a definição de Objetivos, Metas e Indicadores a serem atingidos no período.

Por fim, é sabido da extrema necessidade de continuo avanço dos dispositivos existentes e outros novos, todavia, é preciso o envolvimento de todos os atores (usuários, trabalhadores, prestadores de gestores governamentais) atuem de forma integrada, solidário e sistêmica do SUS,

Recomendações para o Próximo Exercício

- **Considerações:**

Considerando que dentre os vários desafios enfrentados diariamente na saúde pública, faz-se necessário o elevado grau de comprometimento e responsabilidade na manutenção do financiamento dos entes federados, com a finalidades de garantir condições para o desenvolvimento e cumprimento das ações pactuadas.

Status do Parecer: Aprovado

MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ/PI, 16 de Junho de 2026

Conselho Municipal de Saúde de Morro Do Chapéu Do Piauí